



Anais da Assembleia

N.º 100

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 149ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1977

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Adalberto Daros.

Às 9,30 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer (27); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, David Federmann, Del Ciel, Edison Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (27).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 27 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 159/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 358/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pitanga, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, solicito da Mesa que faça constar meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência fará anotar voto contrário do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. (Pausa). — Aprovado, com o voto contrário.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, solicito verificação de votação, pois tenho a impressão de que não há quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deferido, solicito ao

Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal, para constatação de quorum.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência dá como aprovada a matéria constante da Ordem do Dia, e sente-se no dever de informar ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, que S. Exa. referiu-se à verificação de quorum.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Só que V. Exa. referiu-se à verificação de quorum, e regimentalmente, a Presidência na verificação de quorum é forçada a solicitar a chamada nominal. Se V. Exa. tivesse solicitado verificação de votação, a Presidência teria feito a verificação pela forma inversa.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Eu, Sr. Presidente. Pelo exposto, conforme eu imaginei, eu gostaria realmente que V. Exa. tivesse feito a verificação de votação, porque não havia realmente quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência realmente confirma ter registrado que V. Exa. referiu-se à verificação de quorum. A Presidência faz uma solicitação aos Srs. Deputados, para que no futuro, solicitem primeiramente verificação de votação. Feita pela forma inversa...

Não constatada a presença, então caberá ao Senhor Deputado pedir verificação de quorum, para que no futuro tenhamos então cumprida a determinação regimental.

O SR. JAYME RORIDGUES CARVALHO (Pela ordem). — Sr. Presidente, acho que V. Exa. agiu de maneira correta, porque havia 5 Deputados na Casa e não era preciso fazer a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — É que o Deputado pediu verificação de quorum e a Presidência atendeu a solicitação do Deputado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Pela ordem). Gostaria de indagar a V. Exa. se disse que vai considerar a matéria aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Regimentalmente, sim.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Pela ordem). Não há quorum para a votação da matéria. De forma insofismável, V. Exa. vai permitir que eu registre o meu protesto. E o meu voto contrário à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência sempre abre a sessão com o pressuposto de que, há quorum regimental para deliberação. Cabe, na Ordem do Dia, aos Srs. Deputados pedir a verificação de votação. V. Exa. não solicitou a verificação de votação e solicitou a verificação de quorum. E a verificação de quorum, nos termos do Regimento Interno, é a chamada nominal. Feita a chamada nominal, não existe quorum para deliberar.

Só que fica como sugestão aos Srs. Deputados que, no futuro, procurem, por favor, atender o dispositivo regimental. A Presidência não dá a matéria por aprovada, porque não vê nesta matéria nenhuma importância, que se possa dar relevância à esta matéria. Mesmo porque registrando o voto contrário de V. Exa. a esta matéria, a Presidência deve ver na atitude de S. Exa. tão somente a presunção de votar contra toda a matéria nesta Casa; que é convênios celebrados entre o Estado e o Pequeno Município do Interior, para reparos de próprios estaduais; não tem importância nenhuma que se deseja conferir à essa matéria. E portanto, a Presidência não considera como aprovada. Mas, no futuro, a Presidência tem o dever de informar:

vai respeitar o dispositivo regimental quando solicitada verificação de quorum, a Presidência dará como aprovada a matéria. Quando os Srs. Deputados solicitarem verificação de votação, para aí sujeitar a Presidência à conferência dos votos favoráveis e contrários, para numa segunda fase, fazer a verificação de quorum.

Do contrário, a Presidência está sujeita a uma dúvida interpretação do Regimento.

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento.

Eu acho que, a colocação da matéria fica aí no seguinte pé. Antes de ser colocada em votação, o deputado pede a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Perfeitamente. Chamada nominal, antes de colocar, ou depois de votada.

Art. 176 do Regimento Interno: — “Mas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado que tenha delas participado poderá pedir a verificação de votação.

§ 1o. — Requerida a verificação, o Presidente imediatamente convidará a levantarem-se os Deputados que votaram a favor, a fim de ser procedida a contagem.

Feita esta, e depois de sentados os Deputados o Presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, para ser também procedida a contagem, proclamando finalmente os resultados apurados pró e contra.”

E depois é que vem o dispositivo regimental que faculta o pedido de verificação de quorum, se o Presidente não for correto na proclamação dos votos pró e contra.

Só este o cuidado que no futuro deveremos ter, todos nós, para evitarmos interpretação errônea do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 23, às 14,00 horas, com a Ordem do Dia a ser anunciada na Sessão Ordinária de segunda-feira.

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 150.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1977 SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni e secretariada pelos Senhores Deputados Jayme Rodrigues Carvalho e Domício Scaramella.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (42); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacfi, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes. (12)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus

iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de indicar os Srs. Deputados:

Alfredo Gulin.

Werner Wanderer

Egon Pudell

Luiz Alberto Oliveira

Jorge Sato, para constituírem Comissão Especial para apurar a situação da economia paranaense, de autoria do Deputado Renato Bernardi.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES.

Líder da Arena

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado das Finanças, Dr. JAYME ARMANDO PROSDÓCIMO, expediente solicitando determina à Companhia Paranaense de Energia Elétrica-COPEL, forneça as seguintes informações:

- 1- O que se entende por zona rural para efeito de delimitação de jurisdição das Cooperativas de Eletrificação Rural? Como se enquadram os povoados e vilas;
- 2- Nas áreas sob jurisdição das Cooperativas a Copel admite ligações através “condomínios”, independentes das mesmas?;
- 3- Idem ligações solicitadas pelas Prefeituras?
- 4- A COPEL reserva para aí o direito do fornecimento direto aos considerados grandes consumidores da zona rural, incluídos nestes, indústrias de consumo razoável?
- 5- Nestes casos a COPEL cobra, para posterior reembolso à cooperativa sob cuja jurisdição tais consumidores se encontram as taxas destinadas à sua administração?
- 6- Quais as taxas e tarifas, atualmente cobradas, nos seguintes casos:

- a) Do associado de cooperativa de Eletrificação Rural;
- b) Do usuário ligado em condomínio;
- c) Do consumidor domiciliar;

Aproveitamos a oportunidade para solicitar da direção da COPEL, o envio, dentro das possibilidades, dos planos existentes para o setor de eletrificação rural.

Sendo o que se me apresenta, subscrevo-me, atencionalmente.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1977.

(a) DENI SCHWARTZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Ministro de Educação e Cultura, a fim de solicitar que seja examinada, com simpatia, a possibilidade de o atleta NEY DE LUCCA MECKING, integrar a Delegação Brasileira que irá que irá ao Campeonato Mundial de Judô, a realizar-se no próximo mês de setembro em Barcelona, na Espanha.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de jovem e valoroso atleta do Paraná, campeão brasileiro meio-médio de judô, mas que está encontrando dificuldades para conseguir esse objetivo, que evidentemente não é só dele, mas de todo o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero contestar as palavras desairosas e desrespeitosas do Diretor do Instituto Médico Legal, sobre denúncias que fiz desta tribuna.

Quero deixar bem claro que uma das várias pessoas a que fiz referência chama-se Antônio Luiz Boa, e a funerária que está sendo objeto da minha intervenção é a Funerária Iguacu.

A posição daquele homem público se assemelha ao marido traidor que só toma conhecimento dos fatos depois que toda a população ribeirinha passa a ter conhecimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Há dois anos atrás, quando se iniciava esta legislatura, tive a honra de apresentar os primeiros projetos de lei, os quais traduzem as mais ídimas reivindicações e aspirações da população do Oeste do Paraná, liderada pelo mais expressivo município do 3o. polo geo-econômico, que é Cascavel.

Entre esses projetos, inclui-se aquele que buscava legislar a retificação e pavimentação da estrada de integração das regiões Oeste-Sudoeste do Paraná, incluindo a construção de uma ponte sobre o Rio Iguacu.

O traçado dessa auto-estrada seria basicamente o mesmo ora existente e que parte de Santa Tereza, Distrito de Cascavel, plantado na BR — 277 (km 419), a 19 km de Cascavel rumo a Foz do Iguacu, passando pelos povoados de Santa Maria, Góes, Alvorada do Oeste, Cielito, Cerro Azul no território cascavelense, e Distrito de Santa Lúcia, Município de Capitão Leônidas Marques, bem como a sede deste, transpondo o Rio Iguacu até alcançar Capanema.

Por razões de interesse político a que foi movido o então Prefeito de Cascavel, no indisfarçável objetivo de beneficiar um candidato arenista, depois de ter se passado para o partido do Governo, não hesitou em fazer ostensivo e aparatoso uso das máquinas e equipamentos do município de Cascavel no alargamento e retificação da referida estrada, inclusive território fora da sua jurisdição.

Todavia, o referido projeto de lei, apesar de sofrer pareceres divergentes das comissões, técnicas, mereceu aprovação dos ilustres membros deste Poder, após longa sustentação do mesmo nesta tribuna.

Inobstantemente, S. Exa. o Governador do Estado, inspirado em preceito constitucional de larga interpretação, vetou o projeto, cujo obstáculo foi confirmado pelos eminentes Deputados arenistas.

Inconformado, passamos a fazer sistemática apologia dessa estrada, entrando com novos requerimentos e pronunciamentos, além de contactos e novo projeto com o mesmo objetivo, o qual foi novamente aprovado, agora, porém, já em 1976.

É forçoso lembrar que o emérito e combativo Deputado Ivo Thomazoni, então líder do Governo e Arena, defendia, como até hoje defende, a implantação dessa integração regional através da chamada estrada do Parque Nacional, que parte de Medianeira, o que inegavelmente criou uma séria polémica no confronto de prioridades, além de postular, o ilustre parlamentar — hoje Presidente deste Poder Legislativo com grande vantagem pelo seu familiar e cotidiano trânsito em Palácio.

Entretanto, por força das coerentes razões levantadas e das convincentes exposições circunstanciadas, ficou eviden-

ciado que a melhor opção para a construção da estrada seria o percurso apregoado em nosso projeto, o qual não estabelecia conflito com a política federal, de preservação da flora e fauna do Parque Nacional do Iguacu, além de equacionar o desenvolvimento de uma vasta e rica região agrícola de pelo menos três municípios.

Para reativar esse trabalho, na célebre reunião de Deputados deste Estado, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, aqui mesmo nesta Assembléia Legislativa, no início deste ano, novamente levamos a efeito a necessidade desta estrada, a qual, por fim, ficou definida como obra prioritária do plano viário, como interesse indireto dos dois Estados do Sul, integrando desta forma o contexto do documento formalizado e encaminhado às autoridades dos transportes.

Atualmente a estrada já está sendo objeto de alocação para imediato asfaltamento, o que consiste em uma inegável conquista do próprio povo daquela região.

Entretanto, Sr. Presidente, V. Exa. que bem conhece a nossa luta intransigente pelo asfaltamento dessa rodovia, há de se espantar com as notícias de que o Governo pretenderia desviar a estrada distrital de Santa Tereza, o que, se ocorrer, frustrará os anseios e o direito líquido e certo e incontestável do povo ali residente, que aguarda há mais de 20 anos a concretização desse sonho.

Ocorre porém, que políticos locais e militantes na área situacionista, teriam estabelecido reprochável dúvida nas divisas do Parque, o qual tem por limite o chamado Rio Gonçalves Dias e que há mais de trinta anos é tido como o que tem nascente nas proximidades da BR-277, e que constitui o divisor do Parque Nacional com as terras de propriedade particular, onde reside hoje uma corporação de Guarda Florestal.

Não têm procedência os argumentos contraditórios levantados por algumas vozes isoladas de que Santa Tereza estaria dentro do Parque Nacional.

É preciso que as autoridades ponderem sobre este confuso e inadmissível obstáculo criado na imaginação dos que não querem ver o asfalto beneficiar a população urbana de Santa Tereza.

Jamais uma maquinaria alcançou as proporções deletérias que este caso vem alcançando.

Este é o momento do Governo se pronunciar e fazer valer a sua autoridade moral e administrativa, capaz de assegurar a austeridade das suas posições firmes, coerentes e insuspeitas.

Na qualidade de legítimo e praticamente único representante daquele povo e como autor do projeto, posiciono com firmeza e serenidade de quem viu abrir as primeiras clareiras naquela densa floresta, há mais de 20 anos atrás, ainda na década de 1950.

E não há como negar que a pretensão que teria dado margem a essas dúvidas e incertezas, é fruto de possíveis interesses pequenos e voltados para o desassossego de centenas de famílias no intuito de obter resultados subalternos.

Ademais, outros argumentos também já levantados para justificar, ou quando muito explicar, as razões do desvio da sede, são insustentáveis, porque toda obra pública tem sentido social e aí está dirimente da causalidade argüida.

Se tal não bastasse, há ainda a ponderável razão econômica de mater o cruzamento com a BR-277 em Santa Tereza pelo fato de encurtar a estrada em debate.

Para terminar, Sr. Presidente, faço mais este apelo ao bom senso de S. Exa. o Governador do Estado, aqui desta tribuna, o qual será reforçado pessoalmente, em audiência já marcada com S. Exa. para a próxima semana, no sentido de satisfazer a justa reivindicação daquele povo; aspiração das mais legítimas de um povo que trabalha e espera a concretização deste sonho há mais de vinte anos.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expe-

diente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci, inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito se tem falado com referência à interiorização do Governo.

Já no dia 17 de julho passado, comparecemos a esta Assembléia e dávamos uma entrevista aos jornais, dizendo da nossa preocupação com as despesas excessivas que se fazem com essa transferência do Governo.

Voltamos, aqui, agora em 3 de agosto, logo que se iniciaram os trabalhos desta Casa e formulávamos um requerimento pedindo informações ao Governador do Estado, de quanto se gasta para se transferir a sede do Governo para o interior.

Nós presenciamos pessoalmente toda a movimentação governamental em Umuarama.

Lá estivemos, — e para que não se diga que lá não estivemos, tendo recebido as informações "a posteriori", chamamos sempre o testemunho tanto do Deputado Quielise Crisóstomo, 1o. Secretário desta Casa, como do Deputado Werner Wanderer, que conosco também esteve naquela cidade.

Criticamos, é verdade, porque não é possível que para transferir-se a sede do Governo, se exija das Prefeituras e até do comércio, gastar altas somas com chamadas na televisão, nos jornais, para se recepcionar o Governador do Estado.

Dissemos naquela oportunidade que a equipe governamental tomou conta de todos os hotéis da cidade, e lá não se conseguia hospedar-se ninguém, porque estavam segundo os donos dos hotéis — ocupados pela equipe do Governo.

Um restaurante ao qual fomos procurar por duas vezes, uma vez para almoçar e outra para jantar, estava com o aparato militar todo em sua frente, dizendo-se que lá só os homens do Governo poderiam ter acesso.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é necessário que se faça uma colocação também referente ao atendimento que os Prefeitos do MDB tenham ou deixem de ter com essa movimentação do Governo no interior.

Não posso contestar o que houve em outras regiões, porque lá não estive.

Mas, com referência aos Prefeitos que representonesta Casa e os Municípios que aqui represento, Floresta, na região de Maringá, Altônia, na região de Umuarama, Xambê, também região de Umuarama, tenho a afirmar para que fique clara a minha posição, que esses Prefeitos tiveram os mesmos convênios que os Prefeitos da Arena assinaram.

Eles também firmaram os convênios tanto do PROSAFRA como verbas da FUNDEPAR para construção de canchas de esporte e salas de aula.

Não posso de maneira alguma, radicalizar posições. Sou contrário que se faça isso.

Entendo perfeitamente que esta movimentação da equipe governamental não passa de oportunidade para o Governador e sua equipe fazer política.

Denunciámos no jornal "Correio de Notícias", no dia 27 de julho passado, e que eram feitas reuniões paralelas da Arena, com toda a equipe que dirige o partido situacionista, que sabe, também custeadas com o dinheiro dos cofres públicos, ocupando hotéis e os carros oficiais.

E nós contamos até, havia em Umuarama 78 carros de chapa branca ou de bronze.

É uma movimentação extraordinária que se faz, que não pode ficar despercebida de espécie alguma.

Tem razão o Deputado Muggiati Filho.

Este coloca a situação como falta de decoro, e eu concordo.

Não posso concordar, no entanto, com a tal discriminação que se diz.

Se concordássemos com isto, Sr. Presidente, me permite concluir, estaríamos, me permitam, Srs. Deputados do MDB,

caindo na própria tese da ARENA quando das campanhas eleitorais que diziam nos palanques que se o Prefeito fosse do MDB, não teriam apoio e não teriam atendimento.

Confesso que tenho procurado fazer com que os meus municípios se qualifiquem, consigam seus projetos tecnicamente perfeitos, para, aí, sim, se não atendidos, cobrar desta tribuna.

Não vai o Prefeito Duvaldo Santos, de Altônia; não vai o Prefeito Antônio Fuentes, de Floresta; e não comparece o Prefeito de Xambê, Sr. José Carlos Gozalan, de joelhos, a nenhuma Secretaria, para pedir nada.

Eles vão, isto sim, com uma programação bem feita e exigem que se cumpra e, têm sido atendidos, é verdade, nas assinaturas de convênios, porque quanto à liberação de verbas, quanto à liberação de recursos, pouca coisa tem sido; mas, também, os municípios da ARENA, quase nada têm recebido.

O que se faz com a interiorização, é festa; e, com festas, não concordamos; nós temos visto, nesta Capital, os Prefeitos, 2 dias depois que o Governo esteve no interior, em sua cidade, em busca dos recursos que lá assinaram os convênios.

Não há necessidade, então, de se ir com tanta festa para lá.

Mas, volto a repetir, para encerrar, que os Prefeitos de minha região têm recebido um tratamento, não se fidalguia mas, de respeito, por parte da área governamental.

Muito obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência consulta o Sr. Deputado Trajano Bastos, se deseja ocupar o horário, regimentalmente, reservado ao seu Partido.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, eu declino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulta o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, se a ARENA deseja ocupar o seu horário.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para atender a compromisso, ontem, assumido com o nobre Deputado Enéas Faria, muito embora não dispusesse de tempo suficiente para colher todas as informações que pudessem responder as suas indagações, com referência a episódio ocorrido no Bairro de Santa Quitéria, nesta Capital, ainda assim foi possível obter uma gama razoável de informações que permitem, pelo menos, esclarecer a posição do Poder Público no que diz respeito a episódio por ele relatado, ontem, nesta Casa.

O requerimento do nobre Deputado pretende que se formalize um voto de protesto pela atitude adotada pela COPEL bem como o envio, à sua Direção, de expediente do inteiro deste requerimento, para que com urgência restabeleça ali o fornecimento de energia elétrica domiciliar.

Respondo:

Na realidade, a Prefeitura Municipal de Curitiba está encetando um programa da maior seriedade, denominado Preservação dos Fundos de Vale.

É exatamente o que ocorreu ontem, ou dá dois dias atrás, eu não sei precisar exatamente a data, no bairro de Santa Quitéria.

A área, ocupada ilegalmente por vários moradores, constitui o que se convenciou denominar de Baixa de Preservação dos Fundos de Vale.

E a COPEL, em entendimento com Prefeitura, que mantém a seguinte regra:

Estas ligações são ilegais, quase todas as ligações são ilegais, porque o que está ocorrendo naquela área são ramificações e interligações que são proibidas legalmente de serem

feitas, e inclusive porque oferecem risco à segurança, provocando, na eventualidade de ocorrer um curto-circuito, incêndios.

Como toda aquela área é ocupada por barracos, é fácil prever que a COPEL nada mais faz, do que garantir e preservar o mínimo de segurança, e isto, o que é importante, com inteiro fundamento legal, pelo que dispõe aqui o número da Portaria que legitima cortes quando ocorrem interligações — mas me comprometo, se for o caso, a segunda-feira trazer todo o arsenal legislativo que ampara e legitima os cortes de luz, pela COPEL.

O Sr. Enéas Faria — Deputado Luiz Roberto Soares, sem pretender interromper a exposição de V. Exa. e agradecendo a sua presença já de antemão, na tribuna e honrando a palavra que empenhou, V. Exa. me propõe a segunda-feira trazer o arsenal legislativo que ampara e legitima os cortes, eu preferiria que V. Exa. trouxesse a notícia do restabelecimento das condições dignas de vida para aquela população que lá vive.

Mas deixamos isto para segunda-feira, eminente Deputado.

Afirma V. Exa., que a localização daquelas casas — eu prefiro afirmar assim porque já não têm mais as características de barracos e nem se constitui ali uma população flagelada como quer dar a entender a explicação que a COPEL lhe passou às mãos...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. é quem diz, no seu requerimento, que são famílias paupérrimas.

O Sr. Enéas Faria — Absolutamente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — É só lendo.

O Sr. Enéas Faria — Absolutamente.

Diz V. Exa. eminente Deputado, que é ilegal a fixação daquelas casas, naquele terreno.

Eu, em momento algum, disse que o terreno tinha um proprietário que não o Poder Público Municipal, que não a Prefeitura de Curitiba, e que, a fixação daquelas casas, ali, não se fizera de modo ilegal, porque ali foram construídas, com o consentimento da Prefeitura, com o estímulo da Prefeitura, e inclusive...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Não é verdade.

O Sr. Enéas Faria — Eminente Deputado, se me permitir, veja bem V. Exa.: no instante em que a Prefeitura abre uma rua naquele terreno de sua propriedade onde estão localizadas várias casas, no momento em que se instala, ali, iluminação pública, no momento em que outros serviços passam a ser prestados naquela área, o consentimento é tácito, o consentimento está mais do que provado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O que ocorre é o seguinte:

A Prefeitura adota a seguinte orientação:

Para aquelas casas já instaladas, a Prefeitura desenvolve um programa de gradativo desfavelamento, ou, de gradativo despejo de tais famílias, a exemplo do que ocorreu no bairro do Capanema.

O que a Prefeitura não permite, são instalações de novas casas, de novos barracos, exatamente o que está ocorrendo.

O Sr. Enéas Faria — O que não está ocorrendo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Exatamente o que está ocorrendo são duas quadras, uma delas inclusive doada anteriormente, pela Prefeitura, à Legião de Ex-Combatentes, e que inclusive ensejou um inquérito policial porque um determinado cidadão, dizendo-se proprietário desta quadra, a loteou ilegalmente sem dar, evidentemente nem podia, a competente escritura aos seus compradores.

O que a Prefeitura não permite é a instalação de novos barracos, porque o que ela quer desenvolver, com toda a legitimidade técnica e com a máxima necessidade é instalar o programa de preservação de fundo de vale.

V. Exa., conhece tão bem como eu este programa, inclusive elogiado a nível nacional, é uma das maneiras mais eficientes de concorrer para diminuição da poluição urbana.

O Sr. Enéas Faria — Aliás, se V. Exa. me permite até tentando

ajudá-lo nisto, que se preste aqui homenagem ao Prefeito que iniciou esta programação em Curitiba.

E o fez, inclusive, encontrando problemas da mesma ordem que hoje surgem.

E àquele tempo e me refiro à administração passada e não a de hoje, eminente Deputado, e que encontrando problemas idênticos e iguais sobre proceder com humanidade e com decência, jamais através da violência, jamais através do arbítrio.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — A Prefeitura não incentiva a violência.

Se eventualmente um ou outro funcionário age com violência, evidentemente não é atendendo a orientação municipal.

É evidente e V. Exa. não pode responsabilizar a Prefeitura, a Administração, nem o Sr. Prefeito Municipal por eventuais violências, ocorridas.

É claro, que a Prefeitura não dá o seu assentimento a qualquer tipo de violência.

Eu desconheço as razões e as condições em que se operaram a tentativa de despejo dessas famílias.

Todavia, se houve violência, se tiver ocorrido, é claro que ela não tem o assentimento, ela não é institucionalizada, nem patrocinada, nem incentivada pelo poder público.

Mas devo dizer a V. Exa. que são duas áreas e elas ocupam exatamente a faixa destinada à preservação de fundo de vale do Rio Barigui.

A ocupação da área é ilegal e o que é mais importante, todos, absolutamente todos os moradores são previamente comunicados para cessarem as suas construções ou ocupações com prazo que, via de regra, gira em torno de noventa dias, prazo que a Prefeitura considera razoável para que desocupem tais terras.

Todos, absolutamente todos foram comunicados previamente.

O Sr. Enéas Faria — Absolutamente.

Não foram, Deputado, comunicados.

Sei que V. Exa. não traria para cá uma inverdade se conscientemente soubesse disso.

Passaram às mãos de V. Exa. informações que não são reais, informações que não são verdadeiras.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Só mandando verificar, Deputado.

Eu confio na informação que me foi prestada pela Prefeitura e pela legitimidade, concedendo, evidentemente, a V. Exa., o direito de discordar.

Mas, eu acho que é, objetivamente, verificável se tais informações são, ou não, verdadeiras.

O que a Prefeitura não quer permitir, evidentemente, é a extensão dessas ocupações ilegais e, principalmente, impedir, como vem ocorrendo, um comércio imobiliário sem nenhum respaldo jurídico, sendo tais ocupantes, tais pseudo-proprietários, enganados por cidadãos que fazem um vil comércio de barracos na nossa cidade.

O que a Prefeitura então está pretendendo, é acabar com esse comércio ilegal e desumano de pessoas bem postas na vida que alugam, e enganam, e iludem todos os moradores dessas faixas, alegando que são os legítimos proprietários das áreas sem o ser.

O Sr. Enéas Faria — Esse tipo de pessoa a Prefeitura devia não impedir que assim trabalhasse, deveria a Prefeitura proceder buscando colocá-los na cadeia, Deputado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Evidentemente, a Prefeitura como não tem competência legal para colocá-los na cadeia, faz o que me parece mais razoável.

Impede que tal comércio seja alargado e seja incentivado.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, fazendo referências a esse comércio imobiliário, de engano e tapeação, a esses pobres coitados, que vêm do interior sem nada conhecerem aqui em Curitiba, nós tomamos conhecimento na eleição passada, eleição para Vereador, em Curitiba, que candidato a Vereador, da Oposição, correu barracos pegando títulos e levando o pessoal lá para fazer demarcação, em Santa Quitéria, de terreno, e entregando, dizendo que era uma doação, terreno da Assembléia, que seria doado àqueles que entregaram o título, que era eleitor, vindo do interior.

E assim saíram muitas construções. Além do comércio ilegal e tapeação, ainda aconteceu isso na eleição passada. Se for necessário, eu tenho o nome de quem foi fazer demarcação e das pessoas procuradas.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, o aparte do eminente Deputado Gilberto Carvalho, consubstancia uma séria e grave denúncia. Mais do que ninguém, mais do que o Deputado e mais do que o Partido do Governo, nós os homens do MDB e da Oposição pretendemos e com seriedade, depurar expungindo aqueles que não honram o nosso programa e a nossa bandeira de luta. Que não fique no ar a denúncia que faz S. Exa. Queremos, para o procedimento que se pretende adotar, que informe S. Exa. e que traga à documentação, o nome de quem assim procedeu e a atitude que realizou.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência responde a uma questão de ordem. Vê a Presidência, no eminente Deputado Gilberto Carvalho, um homem responsável.

O SR. ENÉAS FARIA — Não aceito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência responde a uma questão de ordem de V. Exa.

V. Exa. poderá levantar outra, se pretender. A Presidência tem na pessoa do Deputado Gilberto Carvalho, um homem de responsabilidade. E sabe que S. Exa. se fez a denúncia, haverá de trazer subsídios capazes de satisfazer a curiosidade de V. Exa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, nobre Deputado. Vou dar em aparte, a resposta dessa denúncia. E vou ver se ainda tenho lá no meu gabinete, mas tenho testemunhas que podem provar isto.

E esse Vereador, é Ribas. Eu tenho o nome do Vereador. Eu não quero citar porque existe o Vereador Arlindo Ribas de Oliveira, e não é, é outro parente dele, que foi eleito agora e que inclusive tinha um processo. E tenho as pessoas por quem fui procurado; vou ver se encontro o nome no gabinete e vou trazer segunda-feira o nome dessas pessoas.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES— Muito obrigado. A informação que V. Exa. traz à Casa, efetivamente é muito valiosa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) É Ivan Ribas o nome dele. Mas eu ainda, dando sequência a essa resposta, eu ainda informo à Casa e ao nobre Deputado Enéas Faria, que o número de cortes efetuados pela Copel não foram 300, como pretende fazer crer o seu requerimento. Na realidade, foram 29 cortes, cujos cortes ocorreram porque as instalações estavam irregulares, tecnicamente, com várias interligações, configurando inclusive a figura do furto de energia, o que, evidentemente, a Copel não pode permitir. Tais interligações, inclusive, oferecem graves riscos a todos os que dela se utilizam.

E, posso informar ainda ao nobre Deputado, que foram constatados casos em que 4 ou 5 barracos, ou 4 ou 5 casas, usavam um único e mesmo medidor. O que, evidentemente, é um procedimento irregular.

Em suma, e conclusivamente, eu ainda pretendo trazer com mais riqueza de dados, a resposta que eu pretendia dar a V. Exa., para honrar o meu compromisso, reafirmo:

I - que o desalojamento daquela área, ocorreu em virtude de um programa a ser cumprido pela Prefeitura, que é a preservação dos fundos do vale; que a Prefeitura Municipal não

patrocina, não estimula nenhum tipo de ação arbitrária ou violenta; e se ocorreu lamenta, porque a orientação que dá aos seus funcionários é para que ajam com o máximo de cortesia e cordialidade. Todos os moradores são previamente comunicados que, num prazo, que gira em torno de 90 dias, devem desocupar tais áreas. Mais ainda: tais áreas são ilegalmente ocupadas; não foram 300 o número de ligações interrompidas, mas apenas 29. Elas ocorreram em razão de irregularidade nas suas instalações; casos de um único medidor atendendo ou fornecendo energia a quatro ou cinco residências; esse procedimento não é correto; é ilegal e inclusive se configura na figura típica de furto de energia.

Eu deixo para uma próxima oportunidade, maiores esclarecimentos, se for necessário. Mas venho à tribuna para honrar compromisso que assumi, de pelo menos as indagações, as sérias, fossem de pronto respondidas e esclarecidas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, para requerer que a Mesa, com a urgência possível, determine expedição de certidão das notas taquigráficas do pronunciamento do eminente Deputado Luiz Roberto Soares, onde consta o aparte e as intervenções.

Aduzindo ainda, Sr. Presidente, requeiro que, imediatamente, determine V. Exa. que a fita que grava esta sessão seja lacrada para que possa vir a informar também o pronunciamento do nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência atendendo a solicitação feita pelo eminente Deputado Enéas Faria, em Questão de Ordem, determina à Divisão de Taquigrafia e ao Serviço de Gravação que providenciem e façam chegar às mãos de S. Exa., com a maior brevidade possível, o que S. Exa. requereu, ou sejam: as notas taquigráficas contendo o pronunciamento do Líder da Arena, eminente Deputado Luiz Roberto Soares, no seu teor e que se guarde a fita magnética contendo a gravação, para posterior conferência.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no 88/76, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao ex-Deputado ALDO LAVAL. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI NÚMERO 88/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao ex-Deputado Estadual Aldo Laval.

Art. 2o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente, Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 53/77, que denomina de "PROFESSOR GASPAR DUARTE VELLOSO", o Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná, situado em Curitiba. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI NÚMERO 53/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica denominado PROFESSOR GASPAR DUARTE VELLOSO, o Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná, situado em Curitiba, no bairro do Boqueirão, à rua Cel. Luiz José dos Santos, no. 1.651.

Art. 2o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 56/77, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE SÃO JOÃO BATISTA, com sede e foro na cidade de Bocaiúva do Sul. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI NÚMERO 56/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A ;

Art. 1o.— Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE SÃO JOÃO BATISTA, com sede e foro na cidade de Bocaiúva do Sul.

Art. 2o.— Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 04/77, Mensagem no. 11/77, ex-Proposição no. 172/77, aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Porto Rico, objetivando execução de controle à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 04/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o.— Fica aprovado o Termo de re-ratificação datado de 26 de janeiro de 1977, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PORTO RICO, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

o sr. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, para requerer que V. Exa. determine se proceda a anotação de meu voto contrário a esse projeto. E para não interrompê-lo mais, que se assinale meu voto contrário também, para os Projetos de Resolução números 05, 06, 36, 80, 97, 106, 107, 119, 120, 121, 179, 194, 195 e 196, todos barra 77.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência anotou.

Aprovado o Projeto de Resolução 04/77, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 05/77, Mensagem no. 20/77, ex-Proposição no. 181/77, aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Bela Vista do Paraíso, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 05/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o.— Fica aprovado o Termo de re-ratificação datado de 25 de janeiro de 1977, ao convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná e o

Município de BELA VISTA DO PARAÍSO, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 36/77, Mensagem no. 04/77, ex-Proposição no. 165/77, aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná e o Município de Alto Piquiri, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 36/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o.— Fica aprovado o Termo de re-ratificação datado de 27 de janeiro de 1977, ao Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR e o Município de ALTO PIQUIRI, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 80/77, Mensagem no. 40/77, ex-Proposição no. 297/77, aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura por intermédio do CENESP, objetivando assistência técnica e financeira na realização de cursos e seminários que especifique. Aprovado, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 80/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o.— Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 06 de julho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, através do Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, objetivando a concessão de assistência técnica e financeira ao Seminário sobre o tema Planejamento da Integração no Atendimento ao Excepcional, realizado em Foz do Iguaçu, no período de 09 a 13 de agosto de 1976.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 97/77, Mensagem no. 27/77, ex-Proposição no. 271/77, aprova o termo aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Rio Bom, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Aprovado, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 97/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o.— Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 20 de janeiro de 1977, ao Convênio celebrado em 29 de agosto de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior e o Município de RIO BOM, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 105/77, Mensagem no. 60/77, ex-Proposição no. 290/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Cruzeiro do Sul, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual "Emilie Durkhein", no referido município. — Aprovado, por unanimidade.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 105/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o.— Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CRUZEIRO DO SUL, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Emilie Durkhein, da sede do referido município.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 106/77, Mensagem no. 60/77, ex-Proposição no. 292/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Congoinhas, objetivando reparos em próprios estaduais, na sede do referido município.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 106/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o.— Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CONGOINHAS, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Agência de Rendas, da sede do referido município.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente, Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 107/77, Mensagem no. 60/77, ex-Proposição no. 293/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Florai, objetivando reparos no prédio onde funcionam a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública de Florai. Aprovado, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 107/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em

31 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de FLORAI, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 117/77, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 156/77, aprova convênio celebrado em aditamento firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de São José dos Pinhais, objetivando melhoria no ensino de 1o. grau. — Aprovado, por unanimidade.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 117/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o.— Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, à melhoria da rede municipal de ensino de 1o. grau.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 119/77, Mensagem no. 23/77, ex-Proposição no. 184/77, aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Paranaíba, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 119/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o.— Fica aprovado o Termo de re-ratificação firmado em 26 de janeiro de 1977, ao convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de PARANAÍBA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 120/77, Mensagem no. 30/77, ex-Proposição no. 188/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Nova Olímpia, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana, no referido município. — Aprovado, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 120/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o.— Fica aprovado o Termo de Re-ratificação datado de 03 de dezembro de 1976, ao convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de NOVA OLÍMPIA, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana no referido município.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 121/77, Mensagem no. 31/77, ex-Proposição no. 189/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná, SUCEPAR e o Município de Maria Helena, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. — Aprovado, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 121/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o.— Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR e o Município de MARIA HELENA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 123/77, Mensagem no. 47/77, ex-Proposição no. 193/77, aprova os termos do convênio e respectivo termo aditivo celebrados entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Educação Física e Desportos e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com objetivos que especifica. — Aprovado, por unanimidade.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 123/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o.— Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 28 de setembro de 1976, ao Convênio celebrado em 06 de abril de 1976, entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Educação Física e Desportos, e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, objetivando a concessão de auxílio financeiro à SEEC, para aplicação na área da Educação Física e Desportos.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 134/77, Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 307/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Almirante Tamandaré, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária e o Posto de Puericultura, na sede daquele município. — Aprovado, por unanimidade.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 134/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o.— Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Muni-

cípio de ALMIRANTE TAMANDARÉ, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária e o Posto de Puericultura, da sede do referido município.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 179/77, Mensagem no. 01/77, ex-Proposição no. 269/77, aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Astorga, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. — Aprovado, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 179/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o.— Fica aprovado o Termo de re-ratificação datado de 25 de janeiro de 1977, ao convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de ASTORGA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 180/77, Mensagem no. 35/77, ex-Proposição no. 274/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com interveniência das entidades que especifica, objetivando regular aplicação de recursos ao Programa Paranaense de Treinamento dos Executivos. — Aprovado, por unanimidade.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 180/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o.— Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03 de janeiro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento (Programa Paranaense de Treinamento de Executivos), e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Programa de Treinamento de Executivos), com a interveniência da Universidade de Londrina e da Sociedade Paranaense de Estudos de Administração, objetivando regular a aplicação de recursos destinados aos referidos programas.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 194/77, Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 349/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Nova Cantú, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Rui Barbosa e a Escolinha do MEC, na sede do referido município. — Aprovado, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 194/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA CANTÚ, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Rui Barbosa e a Escolinha do Mec, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 195/77, Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 350/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Palotina, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, na sede do referido município. — Aprovado, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 195/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de convênio celebrado em 19 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PALOTINA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, o Grupo Escolar Joaquim Monteiro Martins Franco e o Ginásio Estadual Santo Agostinho, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 196/77, Mensagem no. 62/77, ex-Proposição no. 353/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Paranaguá, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Helena Viana Sudin, na sede do referido município. — Aprovado, com voto contrário do Sr. Deputado Enéas Faria.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 196/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PARANAGUÁ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Helena Viana Sudin, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 220/77, Mensagem no. 41/77, ex-Proposição no. 300/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, através da FUNARTE, objetivando a realização do IX Curso Internacional de Música do Paraná. — Aprovado, por unanimidade.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 220/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, através da Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, objetivando a realização do IX Festival de Música de Curitiba, e IX Curso Internacional de Música do Paraná.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, a fim de que o mesmo examine, com simpatia, a possibilidade de o atleta Ney de Lucca Mecking, integrar a Delegação Brasileira, que irá participar do Campeonato Mundial de Judô, a realizar-se em Barcelona, Espanha. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de que se digne determinar à COPEL, fornecer diversas informações e solicita ainda, da direção da COPEL, o envio dentro das possibilidades, dos planos existentes para o setor de eletrificação rural. — APROVADO.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA, constante do Expediente, indicando os Srs. Deputados Alfredo Gulin, Werner Wanderer, Egon Pudell, Luiz Alberto Oliveira e Jorge Sato, para comporem a Comissão Especial, para apurar a situação da economia paranaense. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a convocação do Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, para que perante este Poder Legislativo esclareça as denúncias enviadas por funcionária daquele órgão previdenciário. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência atende e fará verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Adalberto Daros, queiram levantar-se. 10 Srs. Deputados aprovam. Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. 7 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação.

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem, Sr. Presidente.

Talvez eu não tenha escutado bem, mas foram dois requerimentos de minha autoria para serem discutidos e votados hoje.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta informar a V. Exa. que, verificada a existência de 17 Srs. Deputados, não há quorum para decisão da matéria e transfere, portanto, toda a matéria para discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos. 26, 27, 32 e 40/77 e de Resolução no. 233/77.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA NÚMERO 616/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7924, de 15 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, à funcionária HONÓRIA CORDEIRO, matrícula no. 201, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dezesseis (16) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 04 de julho de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de agosto de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

RESOLUÇÃO NÚMERO 70/76

DATA ; 01 de Julho de 1976.

SÚMULA :Atribui ao Governador e ao Vice-Governador do

Estado, ajuda de custo mensal a título de mordomia, de valor igual aos respectivos subsídios e reajustáveis sempre que estes sofrerem alterações.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1o.— Fica atribuída ao Governador e Vice-Governador do Estado, uma ajuda de custo mensal, a título de mordomia, de valor igual aos respectivos subsídios e automaticamente reajustável sempre que o valor destes sofrer alterações.

Parágrafo Único — A ajuda de custo de que trata este artigo, só será devida enquanto o Governador e o Vice-Governador não disponham de residência oficial.

Art. 2o.— Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01/07/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente